

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual de lubrificantes automotivos e derivados para atendimento da frota municipal**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

#### 1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a Registro de Preços para aquisição eventual de lubrificantes automotivos e derivados para atendimento da frota municipal nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO (MATERIAL)	UNIDA DE	QUANTIDAD E
1	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO ISO VG 68 ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, ISO VG 68, PARA SISTEMA HIDRÁULICO, ANTI-DESGASTE E ANTI OXIDANTE.ÓLEO LUBRIFICANTE COM REGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA EXERCICIO DA ATIVIDADE; BALDE 20 LITROS.	Balde de 20 lts	60
2	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO; PARA CAMBIO E DIFERENCIAL; SAE 90; CLASSIFICACAO API-GL5; OLEO LUBRIFICANTE COM REGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA EXERCICIO DA ATIVIDADE; EMBALADO EM LATA DE 20 LITROS.	Lata de 20 lts	10
3	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO - 5W40 AP/SN PLUS OU AP/SP SINTÉTICO MOTOR GASOLINA, ÁLCOOL E FLEX, FRASCO 1 LITRO.	Frasco de 1 lt	120
4	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO; PARA TRANSMISSAO AUTOMOTICA; A GASOLINA, ALCOOL E DIESEL; CLASSIFICACAO ATF-A; MULTIVISCOZO; ATENDE A RECOMENDACAO OLEO LUBRIFICANTE COM REGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA EXERCICIO DA ATIVIDADE; BALDE 20 LITROS	Balde de 20 lts	10
5	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO PARA MOTOR A DIESEL SAE 15W40, CLASSIFICAÇÃO API CI - 4, TECNOLOGIA MULTIVISCOZO ,OLEO LUBRIFICANTE COM REGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA EXERCICIO DA ATIVIDADE; EMBALADO EM GALAO DE 20 LITROS.	Galão de 20 lts	90
6	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO; PARA CAMBIO E DIFERENCIAL; SAE 80; CLASSIFICACAO API-GL-4; OLEO LUBRIFICANTE COM REGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA EXERCICIO DA ATIVIDADE; EMBALADO EM LATA DE 20 LITROS	Lata de 20 lts	5
7	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO - 15W40 AP/SN SINTÉTICO MOTOR	Frasco	100

	GASOLINA, ÁLCOOL E FLEX FRASCO 1 LITRO.	de 1 lt	
8	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO; PARA TRATORES, SISTEMA DE TRANSMISSAO, HIDRAULICOS E FREIOS EM OLEO; SAE 10W30; OLEO LUBRIFICANTE COM RGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA ECERCICIO DA ATIVIDADE; EMBALAGEM COM 20 LITROS	Galão de 20 lts	30
9	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO 10 W 40 SINTÉTICO MULTIVISCOZO PARA USO EM MOTORES A DIESEL TURBINADOS, EM SERVIÇOS SEVEROS. POSSUI ELEVADO CONTROLE DE VISCOSIDADE E OXIDAÇÃO, PROPORCIONANDO EXCELENTE LIMPEZA DO MOTOR E PERMITINDO AUMENTO DO PERÍODO DE TROCA E REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS, CONFORME A RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. CUMPRE E SUPERA OS REQUISITOS DE PERFORMANCE EXIGIDOS POR MOTORES EURO V, EURO III E ANTERIORES; GALÃO 20 LITROS, CLASSIFICAÇÃO API-GL5	Galão de 20 lts	10
10	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO; PARA MOTOR; A GNV, ALCOOL, GASOLINA E FLEX; SAE 5W30; CLASSIFICACAO API-SN PLUS OU API-SP 100% SINTÉTICO DEXOS 1; CATEGORIA ILSAC GF-5 ou GF-6; OLEO LUBRIFICANTE COM REGISTRO E EMPRESA AUTORIZADA PELA ANP PARA EXERCICIO DA ATIVIDADE; EMBALAGEM 1 LITRO	Frasco de 1 lt	150
11	GRAXA LUBRIFICANTE INDUSTRIAL; PARA MULTIPLAS APLICACOES AUTOMOTIVAS; COMPOSTO DE LITIO, ADITIVOS ANTIOXIDANTES E ANTIDESGAS-TANTES E EXTREMA PRESSAO; GRAU NGLI 2; PONTO DE GOTA MINIMO 180 GRAUS; VISCOSIDADE 40 GRAU C 25; VISCOSIDADE 100 GRAU C 120; CASTANHO, BALDE 20 QUILOS. PARA LUBRIFICAÇÃO DE CUBOS DE RODAS EM SERVIÇO MODERADO); ASTM LA (PARA LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS E JUNTAS UNIVERSAIS EM SERVIÇO LEVE OU MODERADO); DIN 51502: K2K-20; ISO 6743-09: ISO-L-XBCEA 2. 20KG	Balde de 20 kg	30
12	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 140 - GALÃO OU BALDE 20 LITROS. LUBRIFICANTE MINERAL DESTINADO ÀS CAIXAS DE TRANSMISSÃO E DE ENGRENAGENS HIPÓIDES DE EIXOS TRASEIROS QUE OPEREM EM CONDIÇÕES DE CARGAS ELEVADAS. SUA TECNOLOGIA PROPORCIONA A REDUÇÃO DO DESGASTE E EXCELENTE PROTEÇÃO CONTRA A CORROSÃO. É ADEQUADO PARA USO EM UMA AMPLA VARIEDADE DE CLASSES DE VEÍCULOS AGRÍCOLAS, FORA DE ESTRADA, TRANSPORTE DE CARGA E DE PASSAGEIROS. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPÓIDES QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5; EVITA O DESGASTE E A CORROSÃO DAS PARTES LUBRIFICADAS; É ESPECIALMENTE RECOMENDADO PARA USO EM CAIXAS DE ENGRENAGENS HIPÓIDES DE EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE MUDANÇA E CAIXAS DE ENGRENAGENS HIPÓIDES EM GERAL; DEVE	Balde 20 lts	10

	ATENDE AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 E À ESPECIFICAÇÃO MIL-L-2105D.		
13	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO - 5W30 MOTOR DIESEL 100% SINTETICO ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO DE ELEVADO DESEMPENHO PARA MOTORES À DIESEL DE ELEVADA ROTAÇÃO, COM INJEÇÃO DIRETA OU NÃO DE DIESEL, EM CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO, DE INTENSIDADE E CARGAS. SUA FORMULAÇÃO PERMITE SER USADO EM TODOS OS MODERNOS SISTEMAS DE PÓS-TRATAMENTO DOS GASES DE ESCAPE COMO VÁLVULAS DE RECIRCULAÇÃO DOS GASES DE ESCAPE (EGR), FILTROS DE PARTICULADOS DE DIESEL (DPF) E SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA DE MOTORES DIESEL (SCR), PROMOVENDO EXTENSÃO DO PERÍODO DE TROCA, CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE DO VEÍCULO. SUA TECNOLOGIA AINDA PROPORCIONA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL, CONFORME A NORMA ACEA C2, C3. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30. GALÃO DE 4 LT	Galão de 04 lts	150
14	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO - 5W30 MOTOR DIESEL 100% SINTETICO ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO DE ELEVADO DESEMPENHO PARA MOTORES À DIESEL DE ELEVADA ROTAÇÃO, COM INJEÇÃO DIRETA OU NÃO DE DIESEL, EM CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO, DE INTENSIDADE E CARGAS. SUA FORMULAÇÃO PERMITE SER USADO EM TODOS OS MODERNOS SISTEMAS DE PÓS-TRATAMENTO DOS GASES DE ESCAPE COMO VÁLVULAS DE RECIRCULAÇÃO DOS GASES DE ESCAPE (EGR), FILTROS DE PARTICULADOS DE DIESEL (DPF) E SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA DE MOTORES DIESEL (SCR), PROMOVENDO EXTENSÃO DO PERÍODO DE TROCA, CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE DO VEÍCULO. SUA TECNOLOGIA AINDA PROPORCIONA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL, CONFORME A NORMA ACEA C2, C3. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30. FRASCO DE 1 LT	Frasco de 1 lt	120
15	ADITIVO DE ARREFECIMENTO TECNOLOGIA HÍBRIDA PARA RADIADOR, COM UMA BASE ORGÂNICA DE LONGA DURAÇÃO E COMPOSTOS INORGÂNICOS DE ALTA EFICIÊNCIA PROTETIVA A TODO SISTEMA DE ARREFECIMENTO E OFERECE PROTEÇÃO A TODOS OS METAIS, EM ESPECIAL AO ALUMÍNIO, CONTRA SUPERAQUECIMENTO, CONGELAMENTO, TODO TIPO DE CORROSÃO E AINDA, UMA EXCEPCIONAL AÇÃO ANTICAVITAÇÃO. RECOMENDADO PARA USO EM VEÍCULOS LINHA LEVE A LINHA PESADA. O ADITIVO DE RADIADOR CONCENTRADO É GERALMENTE UM PRODUTO MAIS FORTE, TANTO QUE PRECISA SER DILUÍDO NA ÁGUA DESMINERALIZADA. NESSE CASO, DEPENDENDO DA MARCA DELE, PODE-SE MISTURÁ-LO NA PROPORÇÃO DE 40% A 60% DO VOLUME TOTAL DE ÁGUA.DEVE TER	Galão de 20 lts	10

<p>MÁXIMA PROTEÇÃO ANTICONGELANTE ATÉ -64°C E ANTIFERVURA ATÉ + 136°C; AÇÃO DE LONGA DURAÇÃO ATINGINDO ATÉ 5 ANOS QUANDO USADO INTEGRALMENTE NO SISTEMA DE ARREFECIMENTO; INIBE A FORMAÇÃO DE BOLHAS DE AR QUE CAUSAM A CAVITAÇÃO DA BOMBA D'ÁGUA, RADIADOR E PARTES DO MOTOR. DEVE ATENDER E/OU SUPERA PADRÕES DE PERFORMANCE, NBR 13705 / 14261; ASTM D-3306 / D-4340 / D6210; SAE J1034 / J1941; GM 1825M / 1899M; TMC RP-329; CUMMINS 14603; JOHN DEERE H24 A1/C1; MTU 00/061/170; DETROIT DIESEL 7SE298; FVV (ISSUE R443 – 1986); BS 658°; MERCEDES BENZ 325.0; DBL 7700.00; DLB 7100.10; DBL 7700.20. DEVE SER COMPOSTO POR MONOETILENOGLICOL, PACOTE DE INIBIDORES ANTICORROSIVOS COM SAIS E ÁCIDO ORGÂNICOS, ANTIESPUMANTE, CORANTE E ÁGUA DESMINERALIZADA. O MESMO DEVE SER FORNECIDO EM GALÃO DE 20 LITROS.</p>		
---	--	--

## 1.2. Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é de 12 meses.

## 1.3. Natureza do objeto

1.3.1 A modalidade Registro de preço se faz necessária uma vez que não é possível estimar com precisão a quantidade necessária de cada item já que o consumo de lubrificantes pode variar de acordo com a quilometragem rodada e/ou tempo de utilização de máquinas e veículos, bem como intercorrências e manutenções corretivas necessárias que impactam na substituição de óleos e lubrificantes.

## FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

**5.1. A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de empresas enquadradas no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, caso ao final da cotação, os valores encontrados sejam menores no que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), se ultrapassados, será garantido o direito de preferência conforme previsto em lei.**

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

**7.1. Rotinas de fiscalização Contratual**

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7.2. São obrigações da Contratante:**

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar os serviços, fica a servidora pública municipal, Sra. Maiza Estela Paitl, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 25.478.366-1

SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 158.803.008-38, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

### **7.3. São obrigações da Contratada:**

7.3.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.3.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.3.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.4. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.3.5. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.6. Cumprir os prazos e horários de entrega dos serviços.

7.3.7. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.8. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

## **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento do Objeto:**

8.1.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.2. Liquidação:**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8.5. Do Recebimento**

8.6.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

### **8.2. Exigências de habilitação**

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.2. Habilitação jurídica**

**8.2.2.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.2.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.2.2.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.2.2.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.2.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.2.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.2.3.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

**8.2.3.4.1.** Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das **Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);**

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 8.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

#### 8.2.5. **Qualificação Técnica**

8.2.5.1. A Qualificação Técnica encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8.2.5.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.3. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

**11. Projeto Atividade – Gestão e Manutenção de Frota**  
Ficha: **151** - (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Projeto Atividade – Transporte Universitário  
Ficha: **159** - (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Projeto Atividade – Transporte Escolar – QESE  
Ficha: **254** - (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Projeto Atividade – Transporte Escolar – Municipal  
Ficha: **262** - (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Projeto Atividade – Transporte Escolar Rural - Estadual  
Ficha: **267** - (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Projeto Atividade – Transporte e apoio ao tratamento fora do município.  
Ficha: **634** - (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Tarumã, 19 de setembro de 2024.

**Maiza Estela Paill**  
**Gestor de Transporte e Logística**  
**Prefeitura Municipal de Tarumã**